

CONV 399/02**WG VIII 15****NOTA DE SÍNTESE**

de: Secretariado**para:** Grupo de Trabalho sobre a Defesa (Grupo VIII)

Assunto: Síntese da reunião de 29 de Outubro de 2002

Resultados dos trabalhos**1. Troca de opiniões sobre o âmbito da PESD**

[N.B.: A síntese respeitante a este ponto inclui a continuação do debate ocorrido na reunião seguinte do Grupo (4 de Novembro)]

- Dando início ao debate, o Presidente referiu-se às mudanças que estão a operar-se no clima de segurança e à necessidade de reflectir sobre a forma como essas mudanças poderão reflectir-se no âmbito da PESD e, em particular, sobre a pertinência de reformular as actuais "missões de Petersberg". Considerou que também a questão da defesa colectiva – embora se trate de um problema delicado – deve ser aprofundada. Sugeriu que se tomassem como ponto de partida para os debates as questões expostas no documento introdutório previamente distribuído a todos os membros (WD 10).
- Um certo número de oradores realçou a emergência de novas ameaças, designadamente a do terrorismo, com os atentados do 11 de Setembro contra os EUA. Na opinião de alguns, este fenómeno aponta para o desenvolvimento de novas capacidades, designadamente no domínio do intercâmbio de informações. No que se refere às missões de Petersberg, alguns consideraram que não há necessidade de as alterar, por já serem suficientemente flexíveis. Para outros, há que as adaptar/modernizar para atender à mutação das ameaças; foram mencionados, neste contexto, os objectivos da estabilização e a esfera de actuação da defesa (formação, etc.). Todavia, um certo número dos que defenderam a alteração das referidas missões apelou também à manutenção de um certo grau de flexibilidade de interpretação, tendo ainda alguns preconizado a "abertura" na formulação de um eventual futuro Tratado.
- Diversos membros do Grupo consideraram deverem ser introduzidas disposições que prevejam que os recursos desenvolvidos no quadro da PESD possam ser postos à disposição dos Estados-Membros se vierem a revelar-se necessários no âmbito da UE, em especial no domínio da protecção civil.

- A questão do compromisso de solidariedade suscitou no Grupo divergências bem visíveis. Vários membros defenderam a necessidade de que exista alguma forma de compromisso, que, para todos os efeitos, seria o reflexo dos compromissos gerais de solidariedade já assumidos no âmbito do Tratado. Alguns reconheceram que nem todos os Estados-Membros poderiam subscrever um compromisso desse tipo, pelo que este teria de incluir uma cláusula de opção de auto-inclusão ou de auto-exclusão. Alguns afirmaram que qualquer disposição neste sentido dependeria em parte do futuro da garantia de defesa colectiva no quadro da UEO (artigo V); outros, que não desejam nenhuma forma de compromisso colectivo. Alguns consideraram que o compromisso em causa seria politicamente inaceitável; outros prefeririam não incluir nada que possa enfraquecer os compromissos já assumidos, designadamente no quadro da NATO. Um orador declarou que todas as acções militares deveriam ser desenvolvidas com base num mandato das Nações Unidas. Diversos intervenientes afirmaram não compreender por que razão foi incluída na 2.^a parte do anteprojecto de Tratado Constitucional uma rubrica separada sobre a defesa: a PESD não deveria ter sido separada da PESC, por dela ser parte integrante.
- Houve acordo geral no sentido de reconhecer que as novas ameaças representam um desafio específico em termos de desenvolvimento de uma resposta coordenada que tire partido de um amplo leque de instrumentos. Será necessário recorrer a capacidades menos tradicionais (como as forças militares do tipo *gendarmérie*) e a outros instrumentos do "Terceiro Pilar".
- O Presidente concluiu que existe consenso geral quanto à necessidade de reconhecer e dar resposta às novas ameaças à segurança. Embora alguns se tenham mostrado reticentes quanto ao tipo de resposta a dar a essas ameaças, outros consideraram que estas devem ser tidas em conta na modernização das missões de Petersberg. O Grupo mostrou-se disposto a aprofundar a questão da utilização das estruturas da PESD na eventualidade de um atentado terrorista na UE. Registou-se uma clara divergência de opiniões quanto a um eventual compromisso de solidariedade. O Presidente recordou ainda que será necessário analisar em profundidade a questão do papel do Alto Representante e de um eventual Adjunto para a defesa.

2. Audição de Lord George Robertson, Secretário-Geral da NATO, seguida de uma troca de opiniões

- Lord Robertson traçou uma panorâmica das mudanças recentemente operadas na NATO para dar resposta às mutações da ameaça; além dessas mudanças, a NATO sofreu um alargamento substancial. Sublinhou a importância da colaboração entre a UE e a NATO e lamentou que o último elo de cooperação (Berlim +) não tenha sido ainda estabelecido. A NATO continua inteiramente disposta a apoiar as iniciativas da PESD, mas é importante que a UE se abstenha de criar expectativas que não possam depois concretizar-se. É necessário insistir especificamente no desenvolvimento de capacidades adequadas.
- Lord Robertson afirmou que a cooperação entre a UE e a NATO funciona melhor na prática do que na teoria, conforme confirmado pela recente experiência na ARJM. Todavia, nem uma nem outra podem permitir, que essa cooperação assente em soluções *ad hoc*. Os arranjos a curto prazo, preconizados por alguns para possibilitar a tomada a cargo pela UE da operação "Raposa Vermelha", não constituem resposta.

- De um modo geral, o público espera um alto nível de cooperação entre as duas organizações. A competição, além de inútil, constitui um desperdício, pelo que não se justifica que a UE procure duplicar a capacidade de planeamento da NATO: tem de concentrar-se antes na criação de capacidades adicionais.
- Durante o debate foram levantadas questões respeitantes à defesa colectiva UE/NATO. Diversos membros do Grupo interrogaram-se quanto ao futuro das relações da NATO com a Rússia, bem como ao da iniciativa Parceria para a Paz. Foi também levantado o problema da compatibilidade da nova iniciativa da NATO no sentido da criação de uma força de reacção rápida. Alguns membros fizeram referência ao atraso tecnológico em relação aos EUA. Lord Robertson realçou que a defesa colectiva na Europa é essencialmente tratada no quadro da garantia do Artigo V da NATO. Os objectivos das missões de Petersberg e a ideia de uma força de reacção rápida da NATO são complementares mas diferentes, embora o conjunto das forças provenientes dos membros europeus da NATO seja o mesmo. Quanto ao atraso tecnológico, a Europa padece de três tipos de problemas: a insuficiência da despesa, a falta de algumas das capacidades mais elementares e a capacidade de reavaliação estratégica dos EUA. O combate ao terrorismo requer soldados "inteligentes" e exige que se recorra também às capacidades civis. A Europa padece do facto de apenas 3% do seu enorme efectivo militar poderem ser prontamente disponibilizados em caso de crise.

3. Diversos

O Presidente informou que a próxima reunião se realizará a 4 de Novembro e será consagrada à questão da flexibilidade e da diversidade. Para lançar o debate foi convidado Alain Richard, ex-Ministro da Defesa francês.
